

/ CARGO TÉCNICO EM
CONTABILIDADE

CB

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 05/2021

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente as informações abaixo e, em seguida, assine no espaço reservado.
2. Este caderno contém, respectivamente, uma proposta de Redação e 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 - Língua Portuguesa; 11 a 20 - Legislação; 21 a 50 - Conhecimentos Específicos.
3. Lembre-se que, de acordo com o item 8.2 do Edital 05/2021, **há apenas uma alternativa que responde cada questão.**
4. Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
5. A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na Folha de Redação fornecida pela CPPS.
6. Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
7. A CPPS exige o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
8. Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
9. Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
10. Você dispõe de, no máximo, quatro horas para redigir o texto definitivo na Folha de Redação, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
11. O preenchimento da Folha de Resposta e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
12. O candidato, ao terminar as provas, entregará ao fiscal de sala o caderno de provas juntamente com a Folha de Respostas referente às provas de múltipla escolha, bem como a folha definitiva da prova de Redação.
13. Somente após cumprido três horas de prova, o candidato poderá sair da sala de aplicação com seu caderno de prova.

Assinatura do candidato: _____

Número de inscrição: _____ CPF: _____

Em julho de 2021, o Museu da Língua Portuguesa fez uma postagem nas redes sociais, em comemoração à sua reabertura, utilizando-se da popularmente conhecida “linguagem neutra”.



A questão é tópico de discussão atualmente no Brasil, em diferentes áreas do conhecimento, não havendo consenso em relação ao uso da linguagem neutra. Atente para os textos a seguir:

TEXTO 1

‘Todes’ (?) ao Museu da Língua Portuguesa!...

Seria apenas absurda, não fora desproposital e ridícula a postagem feita pela direção do Museu da Língua Portuguesa na reabertura deste, usando o que agora querem impor ser “pronome”: a excrescência “todes”.

[...]

Só que essa tal de “linguagem neutra” não está relacionada à Língua, mas sim, à linguagem: a um tipo de falar; assim como temos os diversos falares, como, por exemplo, o regional, em que encontramos o nosso lindíssimo e querido oxente. Mas só que o termo não destrói a estrutura da Língua; quem fala não tem a intenção de impor uma deturpação nas classes de palavras. E o termo – esse sim! – é falado naturalmente por um muitas pessoas; ao contrário desse tal de “todes”, que ninguém vê o povo falando; a não esses ditos “progressistas”.

[...]

Ora, os gêneros na Língua não se referem à caracterização do indivíduo, mas sim, a uma terminologia gramatical. Masculino e feminino não têm, linguisticamente, relação com homem/mulher; mas sim, é algo que se convencionou como masculino e feminino. Algumas palavras mudaram de gênero, ao longo do tempo. O termo Paraíba, por exemplo, já foi masculino. Tanto que a primeira Constituição da Paraíba se chamava Constituição do Estado do Parahyba; e hoje é feminino: a Paraíba.

Coluna Palavra Certa

Professor Trindade

Fonte: Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/colunas/todes-ao-museu-da-lingua-portuguesa/>.

TEXTO 2

Governo do Estado edita decreto que prevê a obrigatoriedade do uso da norma culta da Língua Portuguesa

Atendendo à proposição da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, o Governo do Estado editou decreto que prevê a obrigatoriedade do uso da norma culta da Língua Portuguesa por instituições públicas e privadas de ensino e bancas examinadoras de concursos públicos. A assinatura foi realizada pelo governador Carlos Moisés na manhã desta terça-feira, 15, na Casa d'Agrônômica, em Florianópolis.

Com a proposta, documentos escolares oficiais, provas, grade curricular, material didático, comunicados e editais de concursos não trarão novas formas de flexão de gênero e de número das palavras. Na prática, o conteúdo não fará referência à linguagem do gênero neutro, inexistente na língua portuguesa e que apresenta contrariedade às regras gramaticais consolidadas no país. A medida entra em vigor com a publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) na noite desta terça-feira.

A deputada estadual Ana Caroline Campagnolo destaca que o uso da linguagem neutra criaria um terceiro gênero linguístico - além do feminino e masculino - e traria problemas de adaptação para crianças surdas e disléxicas em fase escolar, dificultando ainda mais o aprendizado.

"É muito importante para o Estado ser o pioneiro na defesa dos direitos dos alunos, porque é disso que se trata, direito de aprender a norma culta e como ela está estabelecida ao longo dos séculos", pontuou a deputada.

Fonte: Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/educacao-noticias/governo-do-estado-edita-decreto-para-a-obrigatoriedade-do-uso-da-norma-culta-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

TEXTO 3

O projeto de lei que proíbe a linguagem neutra deve ser aprovado no Congresso? NÃO

Prof. Rodrigo Borba (UFRJ)

Tramitando no Congresso e em outros 14 estados, PLs contra linguagem neutra são tentativas esdrúxulas de reavivar o Escola Sem Partido, considerado inconstitucional no STF por impor censura à atividade docente e impedir a pluralidade de ensino.

[...]

Linguagem neutra se refere ao uso de pronomes e letras cujo objetivo é reconhecer a identidade de pessoas que não se entendem como masculinas ou femininas, um fenômeno geracional recente. No lugar de "ele" ou "ela", algumas pessoas usam "ile", "elu", por exemplo. Palavras como "todos" tornam-se "todes". Essas novidades podem assustar à primeira vista, mas nem de longe apresentam qualquer ameaça ao "todo da língua nacional", como afirma a justificativa do PL.

[...]

Por sua simplicidade (afinal, são poucas palavras e letras), a linguagem neutra não precisa ser ensinada formalmente. Qualquer pessoa escolarizada com acesso à internet pode identificar e usar, se quiser. Proibi-la em sala de aula é arbitrário e catastrófico, pois impedirá que professores respondam dúvidas sobre o português que alunos veem na web.

[...] a proposta de proibir a linguagem neutra é uma tempestade em copo d'água. O PL é uma alucinação ideológica, uma perda de tempo e de dinheiro público. Em um país com mais de meio milhão de mortos pela Covid-19, que vê aumento da fome e ameaças de ruptura institucional, a linguagem neutra não deveria ser uma questão.

Fonte: Disponível em: <https://outline.com/aynNMx>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

Você foi convidado por um jornal de grande circulação para escrever sobre o tema. Redija um artigo de opinião acerca da utilização da linguagem neutra na língua portuguesa.

INSTRUÇÕES

O texto deverá ser escrito, com caneta, na modalidade formal da Língua Portuguesa, e ter entre **8 e 30** linhas.

SERÁ ATRIBUÍDA NOTA 0 (ZERO) A PROVA QUE:

- | | |
|---|--|
| A) Estiver em branco; | E) For redigida de forma ilegível; |
| B) Não for redigida no gênero/tipo textual requerido na proposta; | F) Não for escrita com caneta preta; |
| C) Fugir completamente ao tema da proposta da redação; | G) Apresentar identificação do candidato fora do espaço reservado; |
| D) For redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Redação; | H) Contiver quantidade de linhas inferior ou superior ao determinado na proposta da redação. |

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Leia o texto abaixo para responder às questões.

Para todes: a reinvenção da língua portuguesa sem masculino ou feminino

Por Luiza Lunardi

Publicada em 29 de janeiro de 2021

A história da linguagem acompanha a história humana no planeta. Desde que descobriu a comunicação por meio da voz e de símbolos, o ser humano passou a inventar, reinventar e renovar línguas a todo o momento, em uma atualização constante e ininterrupta. Apesar de ser um processo gradual e orgânico, uma inovação na língua portuguesa tem gerado controvérsias no mundo acadêmico e em debates na internet: o “gênero neutro”, proposta que prega a adição de sentido não-binário a palavras que sejam marcadas pela dicotomia masculino/feminino, substituindo os artigos A e O, que definem gênero na nossa língua. A mudança é defendida por grupos identitários, principalmente em prol da visibilidade de pessoas trans não-binárias, com o objetivo de garantir maior inclusão.

Apesar de a polêmica existir na língua portuguesa, a discussão não é exclusiva de terras tupiniquins. Estudos realizados pela Universidade de Washington, nos Estados Unidos, com 3,9 mil falantes suecos indicam que a linguagem neutra de fato diminui preconceitos. Enquanto isso, na Espanha, a Real Academia do país se envolveu em polêmica em outubro de 2020, ao incluir o pronome neutro *elle* em seu observatório de palavras online e retirá-lo do ar três dias depois, após “confusão” entre internautas. A companhia aérea Japan Airlines (JAL) anunciou que irá abolir o termo “senhoras e senhores” do chamamento de seus voos. Outras empresas do setor aéreo como Air Canada e EasyJet também mudaram para saudações de gênero neutro desde 2019.

Aqui no Brasil, o início do debate trazia elementos como X e o @ à tona, que seriam usados para substituir o A e O definidores de gênero das palavras. Entretanto, segundo aponta a ativista Rafaela “Rafuska” Queiroz, do Movimento Estamos Todes em Ação (META Brasil), os próprios grupos defensores da linguagem neutra colocaram em questão a utilização desses termos gráficos, por provocarem a exclusão de pessoas com deficiência. “O problema foi principalmente apontado por pessoas cegas ou com baixa visão, que fazem uso de leitores de tela em aparelhos eletrônicos. Aplicativos com essa finalidade dão erro ou leem a palavra de forma errada quando marcamos o gênero neutro a partir do @ ou do X”, descreve Rafuska.

Para contornar as características excludentes, novas formas de uso de gênero neutro para o português foram criadas. O “Manual para o Uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa”, elaborado por Gioni Caê, estudante de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), identifica quatro sistemas usados na linguagem neutra: *Elu, Ile, Ilu e El*. “Decidi juntar tudo o que tinha encontrado em um único local, para poder estudar e me adaptar. Daí surgiu o manual”, narra Gioni, que se identifica como pessoa não-binária e atende por pronomes masculinos.

O uso do gênero neutro vem se tornando uma realidade entre pessoas não-binárias. É o caso de Mar Facciolla, de 21 anos, estudante de Psicologia de São Caetano do Sul, São Paulo, que se reconhece enquanto transgênero não-binária, e pede que seja referida a partir do sistema Elu. Para Mar, a consequência mais importante da adoção de linguagem neutra na língua portuguesa é a humanização de pessoas transvestigêneras (termo que une as palavras “travesti, transexual e transgênero”) não-binárias e pessoas intersexo na sociedade. “No dia a dia, nossa existência não está incluída na sociedade. Essa dicotomia que atravessa nossos corpos faz com que sejamos excluídas”, afirma.

Para a estudante de Psicologia, o pronome é uma demarcação social. Mar explica que, ao chamar alguém por pronomes femininos ou masculinos, coloca-se o indivíduo em um espectro de feminilidade ou masculinidade. “Tudo na sociedade que está relacionado a ‘ela’ está intimamente associado ao feminino. Igualmente, tudo o que é ‘ele’ está relacionado à masculinidade. O pronome é uma expressão de gênero, então quando utilizam pronomes femininos ou masculinos para se referirem a mim, estão me colocando em um lugar que não é meu”, explica Mar.

Apesar de iniciativas como o Manual, a linguagem neutra segue sem reconhecimento acadêmico na língua portuguesa. Para o professor André Conforte, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a dificuldade de inserção do “gênero” está na quebra do fluxo contínuo da língua. “Não conheço um processo de mudança linguística que não tenha se dado de baixo para cima. Mudanças linguísticas impostas geralmente não acontecem e, quando acontecem, sofrem as resistências normais da língua. Por exemplo, quando o império romano impôs a sua língua (o latim) sobre a Península Ibérica, não foi a língua imposta que se estabeleceu por lá com o tempo”, exemplifica.

A discussão sobre o assunto deve seguir na agenda dos brasileiros nos próximos anos. Para Gioni Caê, só o tempo dirá se a linguagem neutra vai ganhar visibilidade acadêmica e a popularização dos termos na sociedade em geral. “Não dá para colocar nada à força na vida de ninguém. É sempre importante termos respeito com todas as pessoas, e eu vejo a linguagem neutra assim. Como uma maneira de respeitar às próximas”, afirma.

LUNARDI, Luiza. *Para todes: a reinvenção da língua portuguesa sem masculino ou feminino*. 29 jan. 2021. Portal Colabora. Disponível em: <https://projeto.colabora.com.br/ods5/para-todes-a-reinvencao-da-lingua-portuguesa-sem-masculino-ou-feminino/>. Acesso em: 24 ago. 2021. Adaptado para fins didáticos.

QUESTÃO 01

Com base na leitura do texto, pode-se afirmar que o propósito comunicativo predominante é:

- a) posicionar-se acerca da polêmica instaurada em torno da adoção (ou não) da linguagem neutra na língua portuguesa.
- b) apresentar ao leitor a discussão em torno da linguagem neutra e os vários pontos de vista envolvidos na questão.
- c) orientar o leitor quanto ao uso da linguagem neutra nas mais diversas esferas da sociedade.
- d) apresentar razões científicas para o não reconhecimento da linguagem neutra no meio acadêmico.

QUESTÃO 02

Quanto à função do primeiro parágrafo no texto, é **CORRETO** afirmar que:

- a) ele contextualiza a temática, apresentando-a como uma questão polêmica.
- b) ele explicita o ponto de vista defendido pela autora do texto e seus argumentos.
- c) ele define a expressão “gênero neutro” e expõe diferentes acepções do termo.
- d) ele desenvolve um percurso histórico da questão em debate nos estudos linguísticos.

QUESTÃO 03

Quanto ao registro de linguagem empregado no texto, podemos observar que:

- a) apresenta nível de formalidade adequado à situação comunicativa e atende ao que se considera a norma padrão da língua portuguesa.
- b) não apresenta nível de formalidade adequado à situação comunicativa e não atende ao que se considera como norma padrão da língua portuguesa.
- c) apresenta nível de formalidade adequado à situação comunicativa e, no que se refere ao uso da norma padrão, alinha-se à discussão empreendida no texto.
- d) não apresenta nível de formalidade adequado à situação comunicativa e, no que se refere ao uso da norma padrão, não se alinha à discussão empreendida no texto.

QUESTÃO 04

Considerando o uso da expressão **terras tupiniquins** no texto, pode-se afirmar que:

- a) ela denota a ideia de grupo indígena brasileiro.
- b) ela corresponde à ideia de que existe polêmica no uso da língua.
- c) ela conota a ideia do país: Brasil.
- d) ela remete à ideia de países de língua portuguesa.

QUESTÃO 05

No trecho: “**Apesar de** iniciativas como o Manual, a linguagem neutra segue sem reconhecimento acadêmico na língua portuguesa”, a expressão destacada pode ser substituída, fazendo-se as adequações necessárias e sem prejuízos semânticos, por:

- a) por conseguinte a
- b) a despeito de
- c) diante de
- d) consoante a

QUESTÃO 06

No excerto: “Entretanto, **segundo** aponta a ativista Rafaela “Rafuska” Queiroz, do Movimento Estamos Todes em Ação (META Brasil), os próprios grupos defensores da linguagem neutra colocaram em questão a utilização desses termos gráficos”, sobre o elemento linguístico em destaque e a relação semântica estabelecida por ele no texto, é correto afirmar que apresenta valor semântico de:

- a) conclusão, e pode ser substituído por “portanto”.
- b) comparação, e pode ser substituído pela expressão “da mesma forma”.
- c) alternância e pode ser substituído por “talvez”.
- d) conformidade, e pode ser substituído por “como”.

QUESTÃO 07

No trecho: “Não conheço um processo de mudança linguística que não tenha se dado de baixo para cima. Mudanças linguísticas impostas **geralmente** não acontecem e, quando acontecem, sofrem as resistências normais da língua [...]”, o termo em destaque tem função:

- a) modalizadora, atenuando o grau de certeza do enunciado.
- b) coesiva, orientando argumentativamente o enunciado.
- c) dêitica, ancorando o enunciado no contexto imediato.
- d) sintática, apresentando as circunstâncias do enunciado.

QUESTÃO 08

Considere o trecho: “É o caso de Mar Facciolla, de 21 anos, estudante de Psicologia de São Caetano do Sul, São Paulo, **que** se reconhece enquanto transgênero não-binária, e pede que seja referida a partir do sistema Elu”. Sobre o item linguístico em destaque, é **CORRETO** afirmar que ele tem:

- a) a função sintática de pronome relativo.
- b) a função sintática de conjunção integrante.
- c) a função sintática de partícula apassivadora.
- d) a função sintática de conjunção adversativa.

QUESTÃO 09

Na frase: “[...] o início do debate trazia elementos como X e o @ à tona, que seriam usados para substituir o A e O definidores de gênero das palavras”, a forma verbal flexionada “seriam” concorda com:

- a) a palavra “usados”, que tem a função sintática de sujeito da oração subordinada.
- b) a palavra “elementos”, que tem a função sintática de núcleo do objeto da oração principal.
- c) a expressão “X e o @ à tona”, que antecede o verbo.
- d) a expressão “o A e O definidores de gênero das palavras”, que constitui o sujeito da oração subordinada.

QUESTÃO 10

Analisando a frase: “Não dá para colocar nada à força na vida de ninguém”, percebe-se que o uso da crase se justifica pelo fato:

- a) de o verbo “colocar” exigir a preposição a e o substantivo “força” admitir o uso do artigo *a*.
- b) de o pronome “nada” exigir a preposição a e o substantivo “força” admitir o uso do artigo *a*.
- c) de a preposição *a* reger o substantivo feminino “força” em uma locução adverbial.
- d) de o verbo “colocar” reger a preposição *a* diante do substantivo “nada”.

QUESTÃO 11

Sobre o processo de investidura do servidor nos cargos públicos previsto nos termos da Lei nº 8.112/1990, é possível afirmar:

- a) O provimento far-se-á mediante ato de autoridade hierarquicamente responsável por cada órgão da administração.
- b) A nomeação far-se-á em caráter efetivo nos cargos escalonados em níveis e classes, de acordo com a carreira.
- c) A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- d) O servidor poderá acessar um cargo público por meio da transferência.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, são fatores considerados para fins de aferição de aptidão e capacidade do servidor público, durante o período denominado de estágio probatório, **EXCETO**:

- a) Disciplina.
- b) Obediência.
- c) Assiduidade.
- d) Produtividade.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, é **CORRETO** afirmar:

- a) Conceder-se-á ao servidor licença por motivo de doença em pessoa da família, vedado o exercício de atividade remunerada durante o período.
- b) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, sendo defesa a exoneração de ofício.
- c) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a uma gratificação ou retribuição sobre o vencimento do cargo efetivo.
- d) O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias, que podem ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, apenas no caso de necessidade do serviço.

QUESTÃO 14

Acerca dos prazos prescricionais da ação disciplinar prevista na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Em se tratando da pena de suspensão, a ação disciplinar prescreverá em 1 (um) ano.
- b) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar suspende a prescrição até a decisão final proferida por autoridade competente.
- c) No caso de aplicação da pena de advertência, a ação disciplinar prescreverá em 3 (três) meses.
- d) Na hipótese de aplicação da pena de cassação de aposentadoria, a ação disciplinar prescreverá em 5 (cinco) anos.

QUESTÃO 15

Sobre os direitos e vantagens dos servidores, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é possível afirmar:

- a) Além do vencimento, podem ser pagas aos servidores indenizações, gratificações, adicionais e subsídios.
- b) As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.
- c) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de outros acréscimos pecuniários ulteriores.
- d) As gratificações e as indenizações incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

QUESTÃO 16

No que se refere à responsabilidade civil do servidor público, é possível afirmar, nos termos da Lei nº 8.112/1990, que:

- a) Não cabe ação regressiva do Estado contra o servidor público, cabendo ao ente público toda e qualquer responsabilização pecuniária.
- b) Se o servidor for absolvido de acusação criminal cujo objeto refere-se à existência do fato ou de sua autoria, ele ainda poderá ser responsabilizado na via administrativa.
- c) O Servidor responde pelos atos omissivos ou comissivos, dolosos ou culposos, que resultem em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- d) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado pelo servidor, independentemente de ter sido no desempenho do cargo ou função.

QUESTÃO 17

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, assinale (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

- () O abandono de cargo é configurado pela ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos.
- () A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
- () O servidor será punido com suspensão nos casos de incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
- () Os prazos previstos na Lei nº 8.112/1990 são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

A ordem **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) F-V-F-V
- b) F-V-V-F
- c) V-F-V-F
- d) V-F-F-V

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, são princípios expressos do processo administrativo federal:

- a) Legalidade, moralidade, publicidade, interesse público e segurança jurídica.
- b) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- c) Legalidade, impessoalidade, motivação, contraditório e ampla defesa.
- d) Legalidade, moralidade, contraditório, ampla defesa e eficiência.

QUESTÃO 19

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o processo administrativo federal:

- a) Pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- b) Será nulo, sem possibilidade de convalidação, quando constatado que iniciou a pedido de interessado.
- c) Será anulável quando ficar demonstrado que iniciou a pedido de interessado, devendo, nesta hipótese, ser convalidado por ofício da autoridade competente.
- d) Não se pode iniciar de ofício.

QUESTÃO 20

Sobre o processo administrativo no âmbito federal, nos termos da Lei nº 9.784/1999, é possível afirmar:

- a) Das decisões administrativas, cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, devendo ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não for reconsiderada no prazo de 10 (dez) dias, será encaminhada à autoridade superior.
- b) A motivação das decisões de quaisquer órgãos, colegiados ou singulares, e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.
- c) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, nos casos previstos em lei, devendo a motivação ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- d) Uma vez que ingresse com pedido por meio de processo perante a administração, o interessado não poderá desistir total ou parcialmente do pedido formulado nem renunciar a direitos disponíveis.

QUESTÃO 21

Conforme o art. 41 da Lei nº 4320/64, há três tipos de créditos adicionais. Assinale a alternativa que apresenta o crédito adicional destinado a despesas urgentes e imprevistas, tais como calamidade pública, guerra ou situações de comoção interna.

- a) Suplementar.
- b) Extraordinário.
- c) Especial.
- d) Ordinários.

QUESTÃO 22

O orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução de um determinado período de tempo. No Brasil, o exercício financeiro é anual e coincide com o ano civil. Esse conceito trata do princípio orçamentário:

- a) Unidade.
- b) Anualidade.
- c) Universalidade.
- d) Não afetação.

QUESTÃO 23

Despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.

Assinale a alternativa **CORRETA** que contém os estágios com os quais a despesa orçamentária deverá cumprir para ser executada.

- a) Empenho, liquidação e pagamento.
- b) Licitação, homologação e pagamento.
- c) Reconhecimento, mensuração e homologação.
- d) Empenho, certificação e pagamento.

QUESTÃO 24

Ao final do exercício financeiro, a União apurou uma receita corrente líquida de R\$ 115.358.245,80. Considerando as orientações estabelecidas na Lei nº 101/00, o limite prudencial do total das despesas com pessoal do Poder Executivo da União no referido exercício representa:

- a) R\$ 47.181.522,53.
- b) R\$ 103.822.421,22.
- c) R\$ 42.463.370,28.
- d) R\$ 44.822.446,41.

QUESTÃO 25

Demonstrativo que evidencia as despesas e receitas orçamentárias, bem como o ingresso e o dispêndio extraorçamentário, classificados com os saldos de caixa do exercício anterior, os quais se transferem para o início do exercício seguinte. Trata-se de:

- a) Balanço patrimonial.
- b) Balanço orçamentário.
- c) Demonstração do resultado do exercício.
- d) Balanço financeiro.

QUESTÃO 26

Conforme o manual de contabilidade aplicada ao setor público - 8ª edição, o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informações para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão o suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Assinale a característica qualitativa que representa a qualidade da informação contábil que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

- a) Verificabilidade.
- b) Tempestividade.
- c) Representação fidedigna.
- d) Compreensibilidade.

QUESTÃO 27

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) realizou um financiamento para aquisição de um terreno no valor de R\$ 700.000,00, que será destinado à construção de um novo complexo veterinário em outubro de 2022. Sabe-se que o pagamento será realizado em 11 parcelas mensais de R\$ 85.000,00 a partir de janeiro de 2021.

Assinale a alternativa que representa o registro em 1º/01/2022 no subsistema patrimonial da universidade.

- a) D: imobilizado - R\$ 700.000,00.
D: Encargos financeiros a apropriar - R\$ 235.000,00.
C: Financiamento de Curto Prazo - R\$ 935.000,00.
- b) D: Imobilizado - R\$ 700.000,00.
C: Financiamentos de Curto Prazo - R\$ 700.000,00.
- c) D: Bancos - R\$ 700.000,00.
C: Financiamentos de Curto Prazo - R\$ 235.000,00.
D: Crédito Empenhado Liquidado - R\$ 935.000,00.
- d) D: Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - R\$ 235.000,00.
C: Financiamentos de Curto Prazo - R\$ 235.000,00.

QUESTÃO 28

A Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao setor público (NBC TSP 13), sobre Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público. No ano de X2, a Ufersa apresentou as seguintes informações no seu balanço orçamentário:

- Previsão Inicial - R\$ 8.000.000,00.
- Previsão Atualizada - R\$ 8.210.000,00.
- Receita Realizada - R\$ 8.100.000,00.
- Dotação Inicial R\$ - 8.200.000,00.
- Dotação Atualizada - R\$ 8.210.000,00.
- Despesa Empenhada - R\$ 8.150.000,00.
- Despesa Liquidada - R\$ 8.090.000,00.
- Despesa Paga - R\$ 8.000.000,00.
- Saldo de Exercícios Anteriores - R\$ 4.000.000,00.

Sabe-se que esse balanço orçamentário apresentará, ao fim do exercício, um déficit ou um superávit. É **CORRETO** afirmar que foi apresentado um:

- a) Déficit de R\$ 50.000,00.
- b) Déficit de R\$ 60.000,00.
- c) Superávit de R\$ 50.000,00.
- d) Superávit de R\$ 60.000,00.

QUESTÃO 29

Considerando a distribuição dos limites globais de gastos com despesa total com pessoal, conforme a Lei Complementar nº 101/00, no caso da esfera federal, indique o percentual que é destinado ao Poder Executivo.

- a) 33%.
- b) 54%.
- c) 40,9%.
- d) 49%.

QUESTÃO 30

Uma empresa pública que receba recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou custeio geral ou de capital, com exceção de recursos provenientes de aumento de participação acionária, conforme a LC 101/00, é considerada empresa:

- a) De capital misto.
- b) Estatal dependente.
- c) Subsidiada.
- d) Estatal independente.

QUESTÃO 31

No encerramento do exercício de 2020, a equipe de contabilidade de uma instituição pública verificou várias despesas empenhadas, mas que não foram pagas, diferenciando-se as processadas das não processadas. Nesse caso, a equipe deverá:

- a) Cancelar os empenhos.
- b) Realizar o pagamento antes da virada do exercício.
- c) Classificá-la como Restos a pagar.
- d) Devolver os empenhos a suas origens para reprocessamento.

QUESTÃO 32

Recursos financeiros que não integram a Lei Orçamentário Anual (LOA), na qual o Estado é um mero agente depositário, cuja devolução não se sujeita à autorização legislativa, são denominados:

- a) Não circulantes.
- b) Operacionais.
- c) Ingressos extraorçamentários.
- d) Receitas não efetivas.

QUESTÃO 33

No ano de X1, houve um ingresso de R\$ 4.000,00 na receita orçamentária. A Prefeitura de Alpha empenhou R\$ 2.850,00, liquidou e pagou, no mesmo período, R\$ 2.555,00. Do valor total inscrito em restos a pagar, foram cancelados R\$ 35,00.

Qual o valor liquidado e pago no ano seguinte, sabendo-se que 20% foram classificados como restos a pagar não processados?

- a) R\$ 52,00.
- b) R\$ 63,00.
- c) R\$ 35,00.
- d) R\$ 255,00.

QUESTÃO 34

Segundo o manual de contabilidade aplicada ao setor público, o subsistema que registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados à variação do patrimônio público, denomina-se subsistema de:

- a) Informações financeiras.
- b) Informações de compensação.
- c) Informações de variações patrimoniais.
- d) Informações patrimoniais.

QUESTÃO 35

O cidadão Zabuza Momochi, ao falecer, deixou em testamento registrado em cartório como gratidão pelo excelente tratamento recebido no hospital de sua cidade, tendo como beneficiário da herança o município, sua caderneta de poupança no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para ser aplicado na manutenção do hospital.

Conforme as normas de contabilidade aplicadas ao setor público, quando o município receber a referida quantia, deverá registrar na sua contabilidade como:

- a) Receita tributária.
- b) Valores de terceiros.
- c) Indenização por serviços hospitalares prestados.
- d) Outras receitas correntes.

QUESTÃO 36

A sociedade fictícia Ltda. detinha 20 unidades de estoque ao valor de R\$ 20,00 cada. Em seguida, realizou as seguintes compras e vendas:

- 1. Compra de 10 unidades por R\$ 15,00 cada.
- 2. Compra de 20 unidades por R\$ 18,00 cada.
- 3. Venda de 10 unidades por R\$ 30,00 cada.
- 4. Venda de 15 unidades por R\$ 50,00 cada.

A sociedade utiliza o método PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai) para o controle de estoque. Assim, o saldo do estoque final e o Custo da Mercadoria Vendida (CMV) nesse referido mês são, respectivamente, de:

- a) R\$ 225,00 e R\$ 1.050,00.
- b) R\$ 475,00 e R\$ 435,00.
- c) R\$ 1.050,00 e R\$ 225,00.
- d) R\$ 435,00 e R\$ 475,00.

QUESTÃO 37

A empresa fictícia MSL limitada evidenciou o fato contábil a seguir: venda de mercadorias por R\$ 1.000,00, com custo de aquisição de R\$ 480,00, sendo 60% pagos à vista e 40% a prazo. Desconsidere possíveis tributos incidentes.

Acerca do fato contábil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Os lançamentos contábeis do fato contábil envolveram quatro contas distintas.
- b) Temos um lançamento de segunda fórmula (reconhecimento da receita de venda) e um lançamento de primeira fórmula (baixa do estoque).
- c) Trata-se apenas de um fato contábil permutativo.
- d) Os lançamentos envolveram duas contas debitadas e duas contas creditadas.

QUESTÃO 38

A redução do valor dos elementos do ativo, sujeitos em virtude da exaustão, será registrada periodicamente, quando:

- a) Corresponder à perda do valor decorrente da sua exploração.
- b) Corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos.
- c) Corresponder à perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial.
- d) Corresponder à perda comprovada como permanente.

QUESTÃO 39

Conforme versa o art. 30 da Lei nº 6.404/76, a companhia não poderá negociar com as próprias ações. Essa restrição não alcança:

- I. As operações de resgate, reembolso ou amortização previstas em lei.
- II. A aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, ou por doação.
- III. A compra quando, resolvida a redução do capital mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída.
- IV. A alienação das ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, inclusa a legal, para alteração do capital social, para doação ou não, ainda que mantidas em tesouraria.

Analise as afirmações acima e marque o item que corresponde a todas as alternativas **CORRETAS**:

- a) Apenas as afirmações I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmações I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmações II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 40

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, no inciso III, § 2º do artigo 178, descreve que o Patrimônio Líquido é dividido em:

- a) Capital a integralizar, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas estatutárias, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- b) Capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- c) Capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas estatutárias, ações em tesouraria e lucro ou prejuízos acumulados.
- d) Capital social, reservas estatutárias, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e lucro ou prejuízos acumulados.

QUESTÃO 41

O Balanço Patrimonial representa a estática patrimonial, ou seja, apresenta, de modo ordenado, ativo, passivo e Patrimônio Líquido da entidade, conforme a legislação. Em relação a essa demonstração contábil, analise as seguintes afirmações:

I. Os bens e direitos da entidade estão contemplados no ativo; as obrigações junto aos investidores estão contempladas no Patrimônio Líquido.

II. As contas do passivo são as contas de saldo devedor, enquanto as do ativo são as de saldo credor (com exceção das contas retificadoras).

III. As contas do ativo são apresentadas em ordem crescente de grau de liquidez dos seus elementos.

Analise as afirmações e responda. Quais afirmativas estão **CORRETAS**?

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas a afirmação II está correta.
- c) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e III estão corretas.

QUESTÃO 42

A redução do valor de um determinado ativo será contabilizada na conta patrimonial de amortização acumulada mediante a justificativa de:

- a) Desgaste, perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- b) Desgaste ou ação da natureza.
- c) Mediante exploração de recursos minerais.
- d) Limitação do tempo de utilização.

QUESTÃO 43

A reserva de lucros são contas formadas pelos lucros que foram gerados pela empresa, mas não foram distribuídos aos seus acionistas e sócios. Não representa subcontas de reserva de lucros:

- a) Reserva legal e Reserva estatutária.
- b) Reserva de incentivos fiscais e Reserva de lucros a realizar.
- c) Reservas de retenção de lucros e Reservas de incentivos ambientais.
- d) Reserva de prêmio de emissão de debêntures e Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

QUESTÃO 44

Um empregado judicializou uma ação contra a empresa em que trabalha no valor de R\$ 250.000,00. Os advogados da empresa consideraram que a perda da causa era provável. O **CORRETO** tratamento contábil no tocante ao valor judicializado é de:

- a) Redução no caixa.
- b) Constituição de um passivo contingente.
- c) Constituição de reserva para contingências.
- d) Constituição de provisão para contingências.

QUESTÃO 45

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é o relatório contábil que evidencia o desempenho (lucro ou prejuízo) das operações de uma empresa. Considerando os dados abaixo:

- Estoque Inicial: R\$ 100.000,00;
- Receita Bruta de Vendas: R\$ 900.000,00;
- Despesas Administrativas: R\$ 300.000,00;
- Despesa com ICMS sobre as vendas: R\$ 162.000,00;
- Estoque Final: R\$ 200.000,00;
- Despesas Financeiras: R\$ 60.000,00;
- Compras: R\$ 450.000,00;

É possível afirmar que o lucro bruto da organização fictícia MSL é de:

- a) R\$ 550.000,00.
- b) R\$ 490.000,00.
- c) R\$ 388.000,00.
- d) R\$ 88.000,00.

QUESTÃO 46

O artigo 176 da Lei nº 6.404/76 descreve diversas demonstrações financeiras a serem elaboradas pelas organizações. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) pode ser definida como:

- a) O demonstrativo que tem como função apresentar as alterações no patrimônio líquido, ou seja, o quanto aumentou ou diminuiu a “riqueza” da organização durante o período.
- b) O demonstrativo que tem como objetivo evidenciar a criação de riqueza durante o período e a forma como ela foi distribuída.
- c) O demonstrativo tem como função demonstrar a situação financeira e patrimonial da empresa, detalhando o que a empresa possui entre bens, direitos e obrigações.
- d) A demonstração que é elaborada para que se demonstrem as operações realizadas dentro do período que agregaram rendimentos ou gastos para a empresa.

QUESTÃO 47

Uma determinada empresa iniciou suas atividades em janeiro de 2020, e no fim do ano, foram apurados e enviados para contabilidade os seguintes saldos:

- Bancos conta Movimento: R\$ 8.000,00.
- Títulos a Pagar: R\$ 21.500,00.
- Imóveis de Uso: R\$ 35.300,00.
- Ações em Tesouraria: R\$ 3.000,00.
- Veículos de Uso: R\$ 8.000,00.
- Fornecedores: R\$ 26.000,00.
- Depreciação Acumulada de Imóveis: R\$ 1.600,00.
- Reserva Estatutária: R\$ 2.100,00.
- Depreciação Acumulada de Veículos: R\$ 1.200,00.
- Propriedades para Investimentos: R\$ 14.000,00.

Assim, o valor total do ativo imobilizado, subconta do ativo não circulante, é de:

- a) R\$ 54.500,00.
- b) R\$ 62.200,00.
- c) R\$ 64.300,00.
- d) R\$ 78.300,00.

QUESTÃO 48

Uma determinada organização apresentou no ano de 2019 um patrimônio líquido total de R\$ 180.000,00. Ao longo do ano de 2020, apresentou as seguintes movimentações:

- Lucro no período: R\$ 90.000,00.
- Destinação de lucros para reserva legal: R\$ 20.000,00.
- Destinação de lucro para dividendos: R\$ 30.000,00.
- Destinação de lucros para reserva de contingência: R\$ 20.000,00.
- Integralização do capital em dinheiro: R\$ 20.000,00.

O valor total do Patrimônio Líquido da organização, em 31 de dezembro de 2021, foi de:

- a) R\$ 240.000,00.
- b) R\$ 260.000,00.
- c) R\$ 290.000,00.
- d) R\$ 310.000,00.

QUESTÃO 49

A empresa X adquiriu um equipamento em 1º/04/2021, com disponibilidade na mesma data, pelo valor de R\$ 800.000,00, com valor residual de 10% e vida útil de 10 anos. Em 31/12/2021, a despesa com depreciação na Demonstração de Resultado do Exercício será de:

- a) R\$ 80.000,00.
- b) R\$ 72.000,00.
- c) R\$ 54.000,00.
- d) R\$ 24.000,00.

QUESTÃO 50

A empresa fictícia realizou em 06/10/2020 uma venda a prazo no valor de R\$ 150.000,00. A mercadoria vendida nessa operação tem um custo de R\$ 90.000,00, com incidência de ICMS de 18%. Dia 10/10/2020, foi devolvido 40% das vendas realizadas no dia 06/10/2020. Com base nas informações acima, qual o lucro bruto da organização?

- a) R\$ 73.800,00.
- b) R\$ 33.000,00
- c) R\$ 60.000,00
- d) R\$ 19.800,00

FOLHA DE
REDAÇÃO

CPF: _____

Nº Insc.: _____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	